MEMÓRIA DA 12ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE MANANCIAIS (CTMA) CONJUNTA COM A CTGI - GESTÃO 2025-2027		
DATA: 01/07/2026	**HORÁRIO:** 09h	**LOCAL:** Plataforma Teams

LISTA DE PRESENÇA – CTMA	
Entidade	**Nome**
ABCON	Aurildo Xavier dos Santos
Santo André	Fernanda Longhini Ferreira
CETESB	Gilson Gonçalves Guimarães
UNIFESP	Letícia Roberta Amaro Trombeta
ANGUA	Mario de Carvalho Fontes
UFABC	Paula Ciminelli Ramalho
Suzano	Solange Wuo Franco
São Bernardo do Campo	Virgínia Hammer Campagnaro

LISTA DE PRESENÇA – CTGI	
Entidade	**Nome**
SAA	Alexandre Coutinho Duboc
SEMIL	Gabriel Neves Ramos
SEMIL	Laura Stela Naliato Perez
SASP	Marineia Lazzari Chiovatto
SEFAZ	Monica Aparecida Ramires
Suzano	Natacha Nakamura

CONVIDADOS	
Entidade	**Nome**
FABHAT	Ana Sedlacek
Fundação Ezute/FABHAT	Asafe Mádai de Deus Virgolino
CETESB	Beatriz Alves Bonfim
	Fabiano da Cruz Nogueira
Ezute/FABHAT	Fernanda Fabretti da Cruz
Ezute/FABHAT	Josiane Gonzaga
FABHAT	Larissa Silva
CETESB	Lilian Barrella Peres
SINTAEMA	Mairton Barreto
IGC	Mariana da Silva Vagula
São Bernardo do Campo	Matheus Graciosi
Santo André	Newton Gonçalves
FABHAT	Raul Mendes Kirchhoff
	Ricardo Savi

SEMAS São Bernardo do Campo	Thami
IGC	Thiago Carmuega Rabacal
FABHAT	Valburg De Sousa Santos

Justificados: Regis Rosseto Ferraz de Barros (SP-Águas - CTGI).

1. Abertura

Asafe (Ezute/FABHAT) iniciou a reunião, agradeceu a presença de todos e passou a palavra para Valburg (FABHAT), que fez uma breve contextualização sobre o tema a ser discutido inicialmente.

2. Discussão e Revisão do Termo de Referência do Projeto IGC

Valburg explicou que todo projeto FEHIDRO passa por análise prévia das câmaras técnicas, com a CTGI liderando a avaliação, mas, por se tratar de mananciais, a CT de Mananciais também participa. O TR do IGC foi discutido em conjunto, com a proposta de revisão colaborativa contribuições dos membros, visando alinhamento com as demandas do comitê.

Natacha Nakamura (Suzano) e Beatriz Alvez (CETESB) destacaram a necessidade de seguir os moldes estabelecidos pela CTGI, corrigir redações, delimitar corretamente a área de estudo e garantir que os objetivos específicos estejam ligados às metas e indicadores. Thiago (IGC) e Mariana (IGC) esclareceram dúvidas sobre indicadores, metas e produtos, com Laura (SEMIL) orientando sobre a inclusão de contrapartidas e adequação do TR para o comitê.

Foi definido que o TR deve listar claramente os produtos entregáveis, incluindo trabalhos realizados internamente pelo IGC como contrapartida, com a necessidade de orçar essas atividades no cronograma e planilha. Laura e Natacha reforçaram que o termo de referência deve contemplar o produto final esperado, independentemente de ser contratado ou realizado internamente.

Os participantes acordaram que as contribuições ao TR devem ser feitas até 6 de julho, com o IGC consolidando as alterações até 13 de julho.

Valburg ressaltou que o TR deve ser recortado para as áreas de interesse do Alto Tietê e bacias limítrofes, podendo haver dois modelos de TR: um para análise local e outro ampliado para o estado. Mariana e Thiago detalharam que o mapeamento de uso do solo será feito para as bacias que ainda não foram mapeadas.

Lilian (CETESB) e Gilson (CETESB) sugeriram ajustes na ordem conforme necessidades de licenciamento, episódios de floração de algas e expansão urbana. O grupo debateu a importância de priorizar bacias com maior impacto ambiental e urgência.

Thiago e Mariana explicaram que, diferente do projeto anterior, o mapeamento de uso do solo de 2023/24 pode começar já no segundo mês do contrato, pois o ortomosaico está pronto. O mapeamento de 1970 depende da geração do ortomosaico, sendo realizado posteriormente.

Mariana esclareceu que a classificação de uso do solo seguirá as regras da ETADGV, com equivalência para o modelo MQUAL, garantindo compatibilidade entre as bacias e produtos entregues. Lilian reforçou a necessidade de ajustes para garantir a utilidade dos mapas para licenciamento e monitoramento.

Valburg destacou que o recorte do trabalho deve considerar sobreposições entre bacias e integração com outros comitês, evitando problemas futuros e promovendo uma lógica de desenvolvimento integrada para todos os territórios envolvidos.

3. Questões Técnicas sobre Delimitação de Áreas e Cotas Altimétricas nas APRMs

Newton apontou erros históricos na definição da cota 747 do reservatório Billings, que impactaram a ocupação de imóveis e a delimitação de áreas de restrição. Citou algumas sugestões para a solução desses erros como, antes da realização do novo levantamento, aceitar levantamentos topográficos municipais de maior escala e permitir levantamentos particulares para licenciamento.

Gilson (CETESB), comentou que foi feita uma consulta ao SP Águas visando atualizar as cotas de inundação, e que, até a resposta oficial, mantém-se os valores definidos em lei.

Gilson propôs que o CBH-AT discuta e articule para que os decretos das leis específicas sejam alterados, detalhando formas de comprovação da incidência da ARO, como levantamentos topográficos locais acompanhados de ART. Nesse contexto, Valburg sugeriu que sejam identificados outros pontos de melhoria nos decretos, a fim de facilitar a aplicação das legislações específicas das APRMs, destacando que isso estaria relacionado à ação de "Analisar a implementação das Leis Específicas de mananciais" do plano de trabalho da Câmara Técnica.

Virgínia (São Bernardo) relatou conflitos entre a cota projetada de 1920 usada pela EMAE e as projeções atuais, impactando licenciamentos em São Bernardo. Newton esclareceu que a cota 747 da década de 20 é inquestionável para propriedade, mas o estudo do IGC visa aplicação da lei de mananciais, não decisão de propriedade.

Solange destacou a importância de compatibilizar planos diretores municipais com as leis específicas de mananciais, facilitando a implantação e controle do território. Gilson informou sobre a preparação de documentos para disponibilizar novas regras e orientações para licenciamento em APP e ARO.

4. Atualização da câmara técnica sobre os encaminhamentos do GT Macrófitas da Billings

Asafe informou que o tema já havia sido discutido pelo Grupo de Trabalho (GT), ocasião em que se concluiu que a remoção de macrófitas e resíduos do reservatório, de forma isolada e sem ações voltadas ao tratamento de esgoto, tende a ser ineficaz. Concluiu-se, ainda, que o financiamento dessa intervenção com recursos do FEHIDRO seria financeiramente inviável. Nesse contexto, ressaltou-se a necessidade de articular a discussão com os órgãos responsáveis pela gestão e administração do reservatório.

Além disso, observou-se que, de modo geral, as ações de remoção de macrófitas e resíduos em reservatórios de abastecimento, tanto as já executadas quanto as atualmente em andamento, têm como objetivo solucionar problemas operacionais. No caso da demanda apresentada e debatida na CTMA, relativa às macrófitas da represa Billings, trata-se de uma questão com relevante impacto social, uma vez que o principal efeito ambiental — o mau cheiro — extrapola os limites do reservatório e afeta diretamente a população do entorno. Nesse sentido, constatou-se que a URAE-1 está articulando a elaboração de um plano integrado para o enfrentamento do problema do mau cheiro na represa Billings.

Diante desse cenário, Asafe sugeriu que o Comitê solicitasse participação nas discussões conduzidas pela URAE-1, de modo a concentrar, em uma única instância, os debates relacionados ao mau cheiro e às macrófitas. Solange e Laura concordaram com o encaminhamento de e-mail à Roberta Buendia, Secretária-Executiva da URAE-1, solicitando informações sobre a iniciativa e a possibilidade de integração do Comitê às discussões. A memória da 1ª reunião do GT Macrófitas da Billings, bem como a troca de e-mails entre seus membros, consta no **ANEXO 1** desta memória.

5. Encaminhamentos

- A equipe do IGC irá consolidar todas as contribuições e comentários recebidos até 6 de julho no documento do TR e encaminhará uma versão revisada para análise.
- Newton, da prefeitura de Santo André, enviará o material com o histórico sobre os problemas identificados na cota 747 para o CBH-AT, para subsidiar a próxima discussão da câmara sobre o tema.
- A FABHAT entrará em contato com a Roberta Buendia (secretária executiva da URAE-1), solicitando informações detalhadas sobre as articulações do plano integrado de combate ao mau cheiro na Billings e solicitará a integração do comitê à discussão.

A reunião terminou às 11h02min.

ANEXO 1

MEMÓRIA DA 1ª REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO MACRÓFITAS DA BILLINGS (GTMB)		
DATA: 03/06/2026	**HORÁRIO:** 14h	**LOCAL:** Plataforma Teams
LISTA DE PRESENÇA – GTMB		
Entidade	**Nome**	
ABCON	Aurildo Xavier dos Santos	
ANGUA	Mario de Carvalho Fontes	
SEMIL	Laura Stela Naliato Perez	
CONVIDADOS		
Entidade	**Nome**	
Fundação Ezute/FABHAT	Asafe Mádai de Deus Virgolino	
EMAE	Daniel Jesus de Lima	
FABHAT	Raul Mendes Kirchhoff	
FABHAT	Valburg De Sousa Santos	

Justificados: Gilson Gonçalves Guimarães (CETESB).

1. Abertura e discussão do problema de macrófitas e resíduos na Billings

Asafe (Ezute/FABHAT) iniciou a reunião, explicando que a demanda surgiu da organização da sociedade civil Projeto “Foco na Sul”, que questionou a prefeitura de São Paulo e a SEMIL sobre políticas públicas para limpeza mecanizada da Billings, especialmente para remoção de macrófitas e resíduos sólidos flutuantes, sendo posteriormente encaminhada ao Comitê para discussão e inclusão no plano de ação e investimentos (PAPI), após constatação da inexistência de tal política pública. Complementou dizendo que, para essa primeira reunião, foram convidados a SP Águas e a EMAE, para falar um pouco sobre a experiência de remoção de resíduos na barragem de Pirapora, além de ajudar com as questões técnicas e operacionais para a viabilidade da retirada na Billings.

Mario (ANGUA) compartilhou experiências anteriores na Guarapiranga, incluindo convênios entre órgãos estaduais e municipais, contratação de embarcações e iniciativas de remoção de resíduos, destacando resultados variados e a importância de aprender com essas experiências para a Billings.

Daniel (EMAE) explicou que a SP Águas está executando projetos de desassoreamento e limpeza de detritos na barragem de Pirapora, com apoio operacional da EMAE, e que há planos para instalação de barreiras flutuantes para retenção de resíduos antes de chegarem ao reservatório.

A respeito das barreiras flutuantes, Laura (SEMIL) e Valburg (FABHAT) comentaram sobre o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Bacia do Alto Tietê (PGIRS), que atribui ações atribuídas ao Comitê, à agência e aos municípios, incluindo propostas de regionalização e estimativas de exportação de lixo flutuante para o Tietê. Valburg sugeriu cooperação técnica entre EMAE e SP Águas para aprimorar sistemas de retenção e coleta,

além de elaboração de relatórios anuais sobre resíduos retidos, visando sistematizar dados e subsidiar futuras ações.

Laura ressaltou que, apesar do plano estar pronto há cerca de dois anos, ainda não foi plenamente implementado, sendo necessário mapear ações viáveis e buscar colaboração entre os órgãos para avançar nas soluções.

Foram relatadas limitações na efetividade de embarcações e barreiras flutuantes, especialmente em ambientes de reservatório, onde fatores como ventos e sazonalidade influenciam o acúmulo e dispersão do material.

Aurildo e Mario sugeriram o uso de ferramentas como Google Earth e drones para mapear áreas críticas e quantificar volumes, subsidiando o planejamento de ações e a priorização de regiões mais afetadas.

Daniel informou que não há estudos prévios detalhados sobre espécies ou quantidades de resíduos para as ações realizadas nas barragens de Pirapora e Edgard de Souza, sendo as operações baseadas em experiência prática e know-how operacional, sem inovações metodológicas significativas.

Mario relatou que, na Guarapiranga, a Sabesp operacionalizava a coleta e o município era responsável pela destinação final, com variações no volume retirado e desafios logísticos, como a necessidade de desidratação do material e problemas de acúmulo em áreas de transbordo.

Asafe questionou sobre o impacto econômico da retirada e a necessidade de estudos para orçar contratações, questionando se informações detalhadas sobre volumes e espécies são essenciais para dimensionar custos e planejar ações eficazes.

Daniel explicou que, atualmente, os resíduos retirados em Pirapora são encaminhados para aterros sanitários, como o de Caieiras, enquanto o material de desassoreamento é destinado à Cava de Carapicuíba, ressaltando limitações de capacidade e a necessidade de alternativas de beneficiamento.

Foi consenso que a principal causa do crescimento de macrófitas é a alta carga de nutrientes, especialmente nitrogênio e fósforo, proveniente do lançamento de esgoto e resíduos orgânicos nos corpos d'água. A retirada de macrófitas e resíduos é vista como uma medida paliativa, pois o problema tende a se repetir enquanto a fonte de nutrientes não for controlada, sendo comparada a 'secar gelo' pelos participantes.

Laura destacou que o avanço das obras de saneamento, como o plano da Sabesp para universalização até 2029, deve reduzir a proliferação de macrófitas, mas que o efeito será gradual devido à carga interna acumulada nos reservatórios.

Mario reforçou que, além da articulação política e institucional, é fundamental adotar técnicas de manejo baseadas em experiências anteriores, como o uso de ventos para concentrar material e facilitar a coleta, evitando soluções ineficazes ou repetição de erros passados.

Ficou acordado que os participantes irão reunir estudos, relatórios, experiências e dados históricos sobre manejo de macrófitas e resíduos, incluindo materiais acadêmicos e apresentações anteriores, para compilar um panorama atualizado do problema.

O Comitê irá elaborar um ofício formalizando o posicionamento sobre o problema, encaminhando-o para Sabesp, EMAE, SP Águas, prefeituras, SEMIL e outros órgãos, sugerindo a necessidade de discussão conjunta e compartilhamento de responsabilidades.

Foi sugerida a realização de uma reunião ampliada, onde cada órgão e representante possa apresentar suas experiências, desafios e ações, nivelando o conhecimento e promovendo a construção de soluções colaborativas.

2. Encaminhamentos

- Compilar e compartilhar materiais, estudos acadêmicos, históricos de operações e apresentações sobre manejo de macrófitas e resíduos em Guarapiranga e Billings, incluindo informações do Alexandre Bueno e outros especialistas citados;
- Agendar e realizar uma conversa com Jonathan do SP Águas para obter informações detalhadas e expertise sobre as ações em andamento e experiências no manejo de macrófitas e resíduos;
- Elaborar um ofício do CBH-AT para ser enviado aos gestores (Sabesp, EMAE, SP Águas, municípios, SEMIL, URAE, Consórcio do ABC, ARSESP), formalizando o posicionamento do Comitê e sugerindo reunião para discussão conjunta do problema.

A reunião terminou às 15h45min.

Asafe Mádai de Deus Virgolino

De:	Asafe Mádai de Deus Virgolino
Enviado em:	quinta-feira, 18 de junho de 2026 12:34
Para:	'Jonathan Bruno Moreira'; 'Laura Stela Naliato Perez'; 'Mario Fontes'; 'Gilson Goncalves Guimaraes'; 'Aurildo Xavier dos Santos'; 'MARTA ANGELA MARCONDES'; 'Bruno Franco de Souza'
Cc:	'daniel.lima@emae.com.br'; 'admilson.barbosa@emae.com.br'; 'Rafael Mandia Grossi Canali Machado'; Raul Mendes; Valburg de Sousa Santos Junior; Helio Cesar Suleiman
Assunto:	RES: Encaminhamentos da 1ª Reunião do GT Macrófitas da Billings

Prezados, bom dia!

No e-mail anterior, incluí o @Bruno em razão da licença da Laura, de modo a contar com uma representação da SEMIL, considerando também sua atuação como Coordenador de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Em resposta, o Bruno trouxe algumas contribuições e sugestões que considero relevantes para conhecimento e apreciação de todos.

Inicialmente, destacou que concorda com a proposta, comentando que já está consolidado o entendimento de que a solução para a proliferação de macrófitas passa, principalmente, pelo adequado tratamento do esgotamento sanitário.

O Bruno também informou que, em março, quando a demanda surgiu, houve contato com a representante da SEMIL na URAE-1, ocasião em que foi informado que as discussões sobre o tema ainda se encontravam em estágio bastante inicial. Nesse sentido, colocou-se à disposição para retomar esse contato e verificar se houve alguma evolução das discussões no âmbito da URAE-1.

Adicionalmente, sugeriu buscar subsídios junto à academia. Conforme observou, o tema das macrófitas é recorrente em pesquisas e publicações acadêmicas (Biblioteca de Teses - Home), e um levantamento desses estudos poderia contribuir para reforçar tecnicamente a correlação entre a ocorrência de macrófitas e a questão do esgotamento sanitário. Como possibilidade, sugeriu inclusive a realização de apresentações breves por pesquisadores que atuam nessa temática.

@'MARTA, qual é a sua opinião sobre essa proposta? Considero que ela pode ser bastante pertinente, inclusive para subsidiar uma eventual resposta ao Cícero, do Projeto Foco na Sul, bem como para enriquecer as discussões no âmbito da URAE-1.

O livro **Monitoramento e Manejo de Macrófitas Aquáticas em Reservatórios Tropicais Brasileiros**, que você nos encaminhou anteriormente, já constitui uma importante referência para o início dessas discussões. Caso conheça pesquisas, grupos de pesquisa ou pesquisadores que possam contribuir com esse debate, suas considerações e eventuais indicações serão muito bem-vindas.

Por fim, registro que o @'Aurildo também manifestou concordância com os encaminhamentos sugeridos no e-mail anterior.

Fico à disposição para eventuais complementações.

11 3106-6850 | 11 3106-5387 | 11 3101-4611
comiteat@sp.gov.br | comiteat.sp.gov.br
Rua XV de Novembro, 228 – 13º andar – Ala XV
Centro - CEP 01013-000 – São Paulo – SP

Atenciosamente,

FUNDAÇÃO EZUTE
FABHAT FUNDAÇÃO AGÊNCIA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO ALTO TIETÊ

ASAFE MÁDAI

asafe.madai@fabhat.org.br
11 3101-4611 | 11 3106-5387 | Ramal 204

Contrato FABHAT nº 004/2021

De: Asafe Mádai de Deus Virgolino
Enviada em: terça-feira, 16 de junho de 2026 13:07
Para: 'Jonathan Bruno Moreira' <jmoreira@spaguas.sp.gov.br>; 'Laura Stela Naliato Perez' <lperez@sp.gov.br>; 'Mario Fontes' <mfontes@guarapiranga.org>; 'Gilson Goncalves Guimaraes' <gguimaraes@sp.gov.br>; 'Aurildo Xavier dos Santos' <axsantos@sabesp.com.br>; 'MARTA ANGELA MARCONDES' <marta.marcondes@online.uscs.edu.br>; Bruno Franco de Souza <brunofs@sp.gov.br>
Cc: 'daniel.lima@emae.com.br' <daniel.lima@emae.com.br>; 'admilson.barbosa@emae.com.br' <admilson.barbosa@emae.com.br>; 'Rafael Mandia Grossi Canali Machado' <rmachado@spaguas.sp.gov.br>; Raul Mendes <raul.mendes@fabhat.org.br>; Valburg de Sousa Santos Junior <valburg.santos@fabhat.org.br>; Helio Cesar Suleiman <helio@fabhat.org.br>
Assunto: RES: Encaminhamentos da 1ª Reunião do GT Macrófitas da Billings

Prezados, boa tarde, tudo bem?

Gostaria de compartilhar uma reflexão que, caso seja considerada pertinente, pode justificar uma revisão dos encaminhamentos discutidos na reunião anterior.

Quando a pauta foi inicialmente apresentada no âmbito da CTMA, o Cícero, diretor do Projeto Foco na Sul (canal no Youtube e Instagram), destacou que a população do entorno da Billings convive com problemas relacionados ao mau cheiro proveniente do reservatório, ao impacto visual e aos riscos decorrentes do eventual contato com a água poluída. Dentre esses aspectos, entendo que o odor é o impacto de maior abrangência territorial, pois afeta diretamente a população do entorno, independentemente do acesso às margens do reservatório.

O @Mario encaminhou apresentações, que seguem anexas, descrevendo experiências de manejo de macrófitas em diferentes reservatórios. A análise desses materiais, especialmente do documento “Monitoramento e manejo de macrófitas aquáticas em represas brasileiras”, sugere que tais intervenções tiveram motivação predominantemente operacional. Nas represas do Rio Grande, Guarapiranga, Paiva Castro e Taiaçupeba, as ações se concentraram nas áreas de captação e de abastecimento, com o objetivo de evitar alterações na qualidade da água, paralisações dos sistemas de bombeamento e problemas nos dispositivos de controle de nível.

Além disso, entrei em contato com um membro do Comitê que atua há muitos anos na defesa da Billings e acompanha de perto a realidade da região. Segundo sua avaliação, embora a remoção mecanizada possa produzir efeitos estéticos temporários, as prioridades deveriam estar voltadas ao cumprimento da legislação e à interrupção dos lançamentos irregulares de esgoto, de modo que eventuais ações de remoção fossem complementares e não a principal estratégia de enfrentamento do problema. De acordo com seu relato, as principais reclamações da população dizem respeito ao odor e ao acúmulo de resíduos.

Diante dessas informações, surgiu o questionamento sobre em que medida a remoção de macrófitas e resíduos flutuantes efetivamente contribuiria para a redução do mau cheiro. Pelas pesquisas que realizei, há indícios de que a remoção isolada desses materiais não atuaria sobre a principal causa do problema, uma vez que a matéria orgânica submersa continuaria em decomposição e liberando gases associados ao odor. Assim, aparentemente, uma intervenção dessa natureza tenderia a produzir resultados predominantemente estéticos e temporários, sem necessariamente enfrentar as causas do problema.

Nesse contexto, encontrei a notícia "URAE 1 articula plano integrado para conter mau cheiro na represa Billings". Segundo a matéria:

"A proposta da Semil é evitar a fragmentação de iniciativas entre diferentes órgãos e ampliar a efetividade das ações. A articulação envolve instituições como a Cetesb, a Sabesp, a Polícia Militar Ambiental, a EMAE e a Prefeitura de São Paulo. As discussões integram o Plano de Ação Integrado para a Billings, iniciado neste mês, que prevê um cronograma escalonado de medidas até 2028, estruturadas em eixos como saneamento básico, fiscalização ambiental integrada, monitoramento da qualidade da água e zeladoria urbana."

A meu ver, essa articulação dialoga diretamente com a demanda relacionada às macrófitas encaminhada ao Comitê. Assim, ao invés de iniciarmos uma discussão específica voltada à remoção mecanizada de macrófitas e resíduos, talvez seja mais adequado **buscar a inserção do CBH-AT nas discussões já em andamento**, contribuindo para fortalecer uma estratégia integrada e alinhada com as ações que vêm sendo conduzidas pelos órgãos competentes.

Gostaria de ouvir a opinião de vocês sobre essa possibilidade de encaminhamento e, caso entendam necessário, avaliar a conveniência de realizarmos uma nova reunião do GT Macrófitas da Billings para realinhamento das discussões.

Encaminho, em anexo, a memória da 1ª reunião.

Agradeço, desde já, pela atenção e pela participação nas discussões.

Atenciosamente,

11 3106-6850 | 11 3106-5387 | 11 3101-4611
comiteat@sp.gov.br | comiteat.sp.gov.br
Rua XV de Novembro, 228 – 13º andar – Ala XV
Centro - CEP 01013-000 – São Paulo – SP

FUNDAÇÃO EZUTE
FABHAT FUNDAÇÃO AGÊNCIA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO ALTO TIETÊ

ASAFE MÁDAI

asafe.madai@fabhat.org.br
11 3101-4611 | 11 3106-5387 | Ramal 204

Contrato FABHAT nº 004/2021

De: Asafe Mádai de Deus Virgolino
Enviada em: segunda-feira, 8 de junho de 2026 12:18
Para: Laura Stela Naliato Perez <lperez@sp.gov.br>; Mario Fontes <mfontes@guarapiranga.org>; Gilson Goncalves Guimaraes <gguimaraes@sp.gov.br>; Aurildo Xavier dos Santos <axsantos@sabesp.com.br>; MARTA ANGELA MARCONDES <marta.marcondes@online.uscs.edu.br>
Cc: daniel.lima@emae.com.br; Jonathan Bruno Moreira <jmoreira@spaguas.sp.gov.br>; admilson.barbosa@emae.com.br; Rafael Mandia Grossi Canali Machado <rmachado@spaguas.sp.gov.br>; Raul Mendes <raul.mendes@fabhat.org.br>; Valburg de Sousa Santos Junior <valburg.santos@fabhat.org.br>; Helio Cesar Suleiman <helio@fabhat.org.br>
Assunto: Encaminhamentos da 1ª Reunião do GT Macrófitas da Billings

Prezados, boa tarde!

Após a discussão realizada durante a 1ª Reunião do GT Macrófitas da Billings, chegamos ao consenso de que os encaminhamentos mais adequados, nesta fase, para o prosseguimento da discussão do tema são:

1. Elaborar e encaminhar um ofício aos órgãos atuantes no reservatório, com o objetivo de dar visibilidade ao problema e fomentar a discussão do tema em busca de soluções, propondo a realização de uma reunião sobre o assunto. Poderão ser anexados a esse ofício a provocação da sociedade civil para a criação de uma política pública de limpeza mecanizada da Billings (Processo SEI 020.00002326/2026-44 – em anexo), bem como as memórias das reuniões da Câmara Técnica de Mananciais (CTMA) e do GT Macrófitas da Billings, nas quais o tema foi discutido no âmbito do CBH-AT;
2. Realizar um levantamento dos dados já disponíveis sobre as macrófitas e os resíduos sólidos flutuantes no Reservatório Billings, considerando os impactos socioambientais decorrentes desse processo de degradação ambiental, a fim de subsidiar e complementar as informações a serem apresentadas no ofício.

Vale ressaltar que, para chegar a esses encaminhamentos, o grupo entendeu que a utilização de recursos do FEHIDRO para a execução de estudos visando à elaboração de planos ou diagnósticos para subsidiar futuras ações de limpeza seria financeiramente inviável, considerando os altos investimentos que tais ações demandariam. Além disso, o grupo não considerou essencial a realização prévia de estudos para o avanço da discussão.

Para subsidiar o levantamento, os participantes comprometeram-se a encaminhar documentos e estudos relacionados ao tema, que servirão de embasamento para o ofício a ser enviado à Sabesp, EMAE, SP Águas, SEMIL, URAE, FIAR e às prefeituras dos municípios abrangidos pelo reservatório. Caso exista alguma outra entidade que deva ser incluída, por favor, nos informe.

Desde já, agradecemos as contribuições apresentadas durante a reunião e os materiais que serão encaminhados.

Assim que concluídos, o ofício e a memória da 1ª Reunião do GT Macrófitas da Billings serão encaminhados para apreciação dos membros do grupo.

Ficamos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

FUNDAÇÃO EZUTE
FABHAT FUNDAÇÃO AGÊNCIA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO ALTO TIETÊ

ASAFE MÁDAI

asafe.madai@fabhat.org.br
11 3101-4611 | 11 3106-5387 | Ramal 204

Contrato FABHAT nº 004/2021